

Demonstrações Financeiras

Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	35.307	42.264
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	4	4.470	4.186
Títulos e valores mobiliários	6	467	-
Impostos e contribuições a recuperar		80	126
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	5	28.553	27.340
Outros ativos circulantes		4	88
		<u>68.881</u>	<u>74.004</u>
Total do ativo circulante			
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	6	5.224	237
Impostos e contribuições a recuperar		289	282
Depósitos judiciais	11	173	120
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	5	13.049	14.630
Outros ativos não circulantes		-	101
		<u>18.735</u>	<u>15.370</u>
Total do ativo não circulante			
Total do ativo		<u>87.616</u>	<u>89.374</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Notas	2016	2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.559	2.011
Empréstimos e financiamentos	7	735	610
Taxas regulamentares	8	508	154
Impostos e contribuições a recolher	10	792	1.062
Dividendos e juros sobre capital próprio	12	92	3.072
Outros passivos circulantes		274	156
Total do passivo circulante		3.960	7.065
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	2.699	3.426
Taxas regulamentares	8	178	380
Impostos e contribuições sociais diferidos	9	3.994	-
Provisões	11	553	37
Outros passivos não circulantes		26	48
Total do passivo não circulante		7.450	3.891
Patrimônio líquido	13		
Capital social		63.085	63.085
Reservas de lucros		7.047	6.332
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		6.074	9.001
Total do patrimônio líquido		76.206	78.418
Total do passivo e patrimônio líquido		87.616	89.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	2016	2015
Receita operacional líquida	14	31.353	27.417
Custos dos serviços		(14.175)	(15.409)
Custos de operação	15	(8.951)	(8.803)
Custos de construção	16	(5.224)	(6.606)
Lucro bruto		17.178	12.008
Despesas gerais e administrativas	15	(779)	(788)
Lucro operacional		16.399	11.220
Receitas financeiras	17	5.454	4.651
Despesas financeiras	17	(616)	(473)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		21.237	15.398
Imposto de renda e contribuição social corrente		(2.955)	(2.765)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	(3.994)	-
Lucro líquido do exercício		14.288	12.633
Lucro do exercício por ação do capital - R\$		0,23	0,20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	14.288	12.633
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	<u>14.288</u>	<u>12.633</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	63.085	5.700	-	7.865	76.650
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(7.865)	(7.865)
Lucro líquido do exercício	-	-	12.633	-	12.633
Destinações:					
Reserva legal	-	632	(632)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(3.000)	-	(3.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(9.001)	9.001	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	63.085	6.332	-	9.001	78.418
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(9.001)	(9.001)
Lucro líquido do exercício	-	-	14.288	-	14.288
Destinações:					
Reserva legal	-	715	(715)	-	-
Dividendos intercalares	-	-	(7.499)	-	(7.499)
Dividendos adicionais propostos	-	-	(6.074)	6.074	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	63.085	7.047	-	6.074	76.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	21.237	15.398
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(21.386)	(16.861)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias	329	219
Provisão (reversão) para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	379	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(237)	-
	322	(1.244)
(Aumento) redução de ativos operacionais		
Contas a receber de clientes e outros	(47)	368
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	(1.055)	(840)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	15	(51)
Depósitos judiciais	(53)	(24)
Outros ativos	185	291
	(955)	(256)
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	(452)	1.178
Taxas regulamentares	152	220
Impostos de renda e contribuição social pagos	(1.874)	(1.927)
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(272)	(64)
Encargos de dívida pagos	(192)	(215)
Outros passivos	96	(101)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(3.175)	(2.409)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Concessão serviço público (ativo financeiro)	21.754	23.290
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(5.701)	(561)
Resgate de títulos e valores mobiliários	247	1.043
Caixa líquido oriundo das atividades de investimento	16.300	23.772
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(602)	(526)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(19.480)	(7.857)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(20.082)	(8.383)
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	(6.957)	12.980
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.264	29.284
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	35.307	42.264
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(6.957)	12.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas		
Serviços de transmissão de energia e outros	35.792	32.479
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão)	237	-
	<u>36.029</u>	<u>32.479</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(14.908)	(15.970)
Valor adicionado líquido produzido	<u>21.121</u>	<u>16.509</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	5.454	4.651
Valor adicionado total a distribuir	<u>26.575</u>	<u>21.160</u>
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições		
PIS/COFINS sobre faturamento	1.319	1.421
Imposto de renda e contribuição social	6.949	2.765
Obrigações intra-setoriais	3.271	3.785
Outros	118	59
	<u>11.657</u>	<u>8.030</u>
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e variações monetárias	616	473
Aluguéis	14	24
	<u>630</u>	<u>497</u>
Remuneração de capitais de próprios		
Dividendos distribuídos	7.499	3.000
Dividendos propostos	6.074	9.001
Lucro retido (reserva legal)	715	632
	<u>14.288</u>	<u>12.633</u>
Valor adicionado distribuído	<u>26.575</u>	<u>21.160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluentes T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infra-estrutura e serviços ligados a essas atividades.

Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funil, Brumado II, Itagibá, Ford, Pólo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 450 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos

Em fevereiro de 2016, a Companhia concluiu o projeto Tomba/Governador Mangabeira com complementação de 1,055 km de linha de transmissão e em maio de 2016 entrou em operação comercial o projeto de reforço de Brumado II, referente à instalação de 3 chaves seccionadoras na Subestação. Cabe ressaltar que a RAP do reforço em Brumado II será definida no próximo ciclo (2017/2018).

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2098, de 28 de junho de 2016, é de R\$ 37.423 para o período 2016/2017. Para o período 2015/2016 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 33.600 para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2017, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras e afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos regulatórios e trabalhistas.

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016 também foram analisados e não trouxeram impactos para estas Demonstrações Financeiras Anuais.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros e os ajustes decorrentes da aplicação do método são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

2.4. Taxas regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2.5. Novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

(a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços geralmente atende a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem as definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C).
Alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras (Iniciativa de divulgação). (Vigência a partir de 01/01/2016)	<p>As alterações tem o objetivo de incentivar as empresas a identificar quais informações são suficientemente relevantes para serem divulgadas nas demonstrações contábeis. Também é esclarecido que a materialidade se aplica ao conjunto completo de demonstrações contábeis, incluindo suas notas explicativas e que é aplicável a todo e qualquer requerimento de divulgação das normas IFRS.</p> <p>Itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial podem ser desagregados; flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações financeiras.</p>
Alteração da IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016.)	Alteração IAS 16 e IAS 38 Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização. As alterações são aplicadas de forma prospectiva.

Não foram identificados impactos relevantes dessas alterações para as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2016.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente:

Pronunciamento	Objetivo
IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; ; e (iv) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018)	A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciados a partir de 1 de janeiro 2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.
IAS 7 Demonstração de fluxos de caixa – Alterações à IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	As alterações exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as mudanças provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores.
IAS 12 Tributos sobre o lucro - Alterações à IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicam as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas normas estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor, se aplicável.

Outras normas emitidas não terão impacto na Companhia e em função disso, não estão destacadas acima.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e Depósitos bancários à vista	52	62
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Fundos de investimento	35.255	42.202
	<u>35.307</u>	<u>42.264</u>

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos restritos (participação somente das empresas do Grupo Neoenergia).

4. Contas a receber de clientes e outros

As contas a receber de clientes e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD", quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

	2016	2015
Títulos a receber	5.115	5.068
Terceiros	3.359	3.751
Partes relacionadas (nota 18)	1.756	1.317
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(645)	(882)
Total	4.470	4.186

A Companhia registrou a provisão de crédito de liquidação duvidosa para os títulos com vencimentos superiores há 365 dias.

A composição dos prazos de vencimento é conforme segue:

	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	Total		PCLD	
				2016	2015	2016	2015
Setor privado	4.149	23	943	5.115	5.068	(645)	(882)
Total	4.149	23	943	5.115	5.068	(645)	(882)

5. Concessão do serviço público (ativo financeiro)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia e (a) estabelece que ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização e (b) regula o preço através do mecanismo Remuneração Anual Permitida (RAP).

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, à qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão, abrangendo:

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.
- (b) Parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.
- (c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.
- (d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, à saber: (a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição do ativo financeiro de concessão:

	Ref.	2016	2015
Recebíveis	(a)	41.433	41.577
Indenização	(b)	169	393
Total		41.602	41.970
Circulante		28.553	27.340
Não circulante		13.049	14.630

- (a) Valores de fluxo de caixa futuros projetados descontados à taxa interna de retorno.
- (b) Parcela de valores residuais de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão, considerando o valor presente da prestação/indenização, conforme quadro abaixo:

	2016	2015
Indenização	36.389	36.389
Tempo residual da concessão (meses)	128	140
TIR	4,29%	3,29%
Circulante	169	393

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixa futuros e taxas efetivas de juros, são revisados trimestralmente, a cada data base de reajuste anual pelo IPCA, e na revisão

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

tarifária, que ocorre a cada cinco anos.

A movimentação dos saldos referentes aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Indenização
Saldos em 31 de dezembro de 2014	48.399
Adições	6.606
Amortização/reversão	(29.896)
Atualização/valor justo	16.861
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.970
Adições	5.224
Amortização/reversão	(26.978)
Atualização/valor justo	21.386
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.602

6. Títulos e valores mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	2016	2015
Banco do Brasil	Fundo BB Polo	jun-18	CDI	5.691	237
Total				5.691	237
Circulante				467	-
Não circulante				5.224	237

7. Empréstimos e financiamentos

<u>Empréstimos e Financiamentos</u>	2016	2015
BANCO DO BRASIL	3.434	4.036
Total Empréstimos e Financiamentos	3.434	4.036
Circulante	735	610
Não Circulante	2.699	3.426

Financiamentos obtidos com recursos do BNDES (FINAME) para a aquisição de subestação de energia, com taxa efetiva entre 4,5% a.a. e 6% a.a., que está sendo amortizado em 96 parcelas mensais, finalizando em agosto de 2024.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	2016	2015
	Total líquido	Total líquido
2017	-	772
2018	727	742
2019	727	710
2020	508	490
2021	201	208
Após 2021	536	504
Total obrigações	2.699	3.426

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As condições contratuais dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

Empresa	Nº	Credor	Moeda	Objetivo	Encargos financeiros anuais	Vencimento	Garantias	Valor de Principal	Saldo em 31/12/2016
Afluentes T	22	Banco do Brasil	Real	Investimentos	4,5000% a 6,0000%	2020 a 2024	Aval da Neoenergia	5.818	3.434
Total								5.818	3.434

A mutação de empréstimos e financiamentos, os quais são integralmente denominados em moeda nacional, está como segue:

	Circulante	Não circulante	Total
SalDOS em 01 de janeiro de 2015	543	4.020	4.563
Encargos	214	-	214
Transferências	594	(594)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(741)	-	(741)
SalDOS em 31 de dezembro de 2015	610	3.426	4.036
Encargos	192	-	192
Transferências	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(794)	-	(794)
SalDOS em 31 de dezembro de 2016	735	2.699	3.434

O financiamento com o Banco do Brasil apresenta as seguintes garantias: caução de ações dos acionistas, cessão condicional dos contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão.

8. Taxas regulamentares

	2016	2015
Reserva Global de Reversão – RGR	105	101
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	24	21
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	535	391
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	10	11
Ministério de Minas e Energia - MME	12	10
Total	686	534
Circulante	508	154
Não circulante	178	380

9. Impostos e contribuições sociais diferidos

	2016		2015	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	(10.374)	(2.594)	-	-
	(10.374)	(2.594)	-	-
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	(15.561)	(1.400)	-	-
	(15.561)	(1.400)	-	-
Total		(3.994)		-

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre os juros (atualização do ativo financeiro), oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo financeiro da Companhia.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda, sobre a base tributável excedente a R\$ 240 e 9% para contribuição social sobre a base de cálculo tributável. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo da remuneração de juros referente ao ativo financeiro aplicando a alíquota de presunção.

10. Impostos e contribuições a recolher

A composição do saldo é como segue:

	2016	2015
Circulante		
Imposto de renda - IR	118	110
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	207	213
Programa de integração social - PIS	18	17
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	83	79
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	58
Imposto sobre serviços - ISS	286	362
Impostos e contribuições retidos na fonte	80	223
	<u>792</u>	<u>1.062</u>

11. Provisões e depósitos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As provisões constituídas consolidadas estão compostas como segue:

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2014	31
Atualização	6
Saldo em 31 de dezembro de 2015	37
Adição	379
Atualização	137
Saldo em 31 de dezembro de 2016	553

a) Provisões para processos judiciais

Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de caros e salários entre outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. A Companhia não é parte de outras ações trabalhistas avaliadas como perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) Depósitos judiciais

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	2016	2015
Trabalhistas	173	120
Total	173	120

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Dividendos

A Assembleia Geral Ordinária e o Conselho de Administração aprovaram as destinações dos lucros da seguinte forma:

Deliberação	Provento	Valor deliberado	Valor por ação
			ON
2016			
RCA de 01 de setembro 2016	Dividendos intercalares	7.499	0,1188864693
AGO de 28 de abril 2016	Dividendos	12.001	0,1902414835
2015			
AGO de 28 de abril de 2015	Dividendos	6.368	0,1009411336

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	14.288	12.633
Base de cálculo do dividendo		
Dividendos Intercalares	(7.499)	-
Reserva legal	(715)	(632)
Dividendos adicionais propostos	(6.074)	(9.001)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	3.000

A movimentação dos saldos de dividendos a pagar é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2014	65
Declarados	2.899
Propostos	108
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.072
Declarados	16.500
Pagos no exercício	(19.480)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	92

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 63.085 dividido em 63.085 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionistas	Lote de mil ações Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	55.416	55.416	87,84%
Iberdrola	5.361	5.361	8,50%
PREVI	1.446	1.446	2,29%
Outros	862	862	1,37%
Total	63.085	63.085	100,00%

Conforme divulgado na nota 21, em 31 de Janeiro de 2017, os acionistas aprovaram redução de capital no montante de R\$ 30.000, passando o capital social para R\$ 33.085 após cumpridas todas as exigências legais.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

14. Receita líquida

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Receita financeira da concessão

A receita financeira de concessão corresponde à remuneração pela taxa de desconto, que corresponde à taxa interna de retorno do projeto.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	2016	2015
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		9.149	8.988
Receita de concessão		21.386	16.860
Receita de construção da infraestrutura da concessão		5.224	6.606
Outras receitas		33	25
Total receita bruta		35.792	32.479
(-) Deduções da receita bruta	(a)	(4.439)	(5.062)
Total receita operacional líquida		31.353	27.417

(a) Deduções da receita bruta

	2016	2015
IMPOSTOS:		
PIS	(235)	(254)
COFINS	(1.084)	(1.167)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão – RGR	(1.237)	(1.049)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(759)	(862)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(322)	(419)
Encargos do Consumidor - PROINFA	(802)	(1.311)
Total	(4.439)	(5.062)

15. Custos e despesas operacionais

Custo / Despesas	2016			2015
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Materiais	(100)	(1)	(101)	(371)
Serviços de terceiros	(8.329)	(223)	(8.552)	(8.509)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(151)	-	(151)	(144)
Arrendamentos e aluguéis	(14)	-	(14)	(24)
Tributos	(93)	(25)	(118)	(59)
Provisões líquidas - PCLD	237	-	237	-
Provisões líquidas – contingências	-	(379)	(379)	-
Outros	(501)	(151)	(652)	(484)
Total custos / despesas	(8.951)	(779)	(9.730)	(9.591)

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Custo de construção

	2016	2015
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(5.224)	(6.606)
Total custos	(5.224)	(6.606)

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços prestado de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos à serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica.

17. Resultado financeiro

Receitas Financeira	2016	2015
Renda de aplicações financeiras	5.432	4.636
Juros e encargos sobre contas de energia em atraso	20	12
Outras receitas financeiras	2	3
Total	5.454	4.651
Despesas Financeiras		
Encargos de dívida	(192)	(214)
Atualização provisão para contingências	(137)	(6)
Outras despesas financeiras	(287)	(253)
Total	(616)	(473)
Resultado financeiro líquido	4.838	4.178

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Ref.	Ativo		Passivo		Resultado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
COELBA (a)	1.657	1.286	26	6	12.698	13.442
CELPE	17	17	-	-	155	203
COSERN	5	4	-	-	56	66
ITAPEBI	3	2	-	-	31	28
TERMOPERNAMBUCO	5	5	-	-	64	52
NEOENERGIA OPERACAO E MANUTENÇÃO (b)	-	-	390	452	(5.720)	(5.261)
BAGUARI	-	-	-	-	6	5
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	4	3	-	-	50	58
COMPANHIA HIDROELETRICA TELES PIRES	62	-	-	-	481	-
CALANGO 1	-	-	-	-	2	2
CALANGO 2	-	-	-	-	2	2
CALANGO 3	-	-	-	-	2	2
CALANGO 4	-	-	-	-	2	2
CALANGO 5	-	-	-	-	2	2
CAETITÉ 1	1	-	-	-	2	-
CAETITE 2	1	-	-	-	3	2
CAETITÉ 3	1	-	-	-	3	2
	<u>1.756</u>	<u>1.318</u>	<u>390</u>	<u>458</u>	<u>7.839</u>	<u>8.607</u>
Controladores						
BANCO DO BRASIL S.A (c)	56	237	-	-	-	-
NEOENERGIA S.A	-	-	-	2.635	-	-
PREVI	-	-	-	437	-	-
OUTROS MINORITÁRIOS	-	-	92	365	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>92</u>	<u>3.437</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL	<u>1.812</u>	<u>1.554</u>	<u>508</u>	<u>3.895</u>	<u>7.839</u>	<u>8.607</u>
CIRCULANTE	1.756	1.317	482	3.889		
NÃO CIRCULANTE	56	237	26	6		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- (a) Contrato de Conexão ao sistema de transmissão com a Coelba.
- (b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Neoenergia O&M.
- (c) Contrato Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários - Fundo de Investimento Restrito (BB Polo 28).

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

18.1 Aplicações em fundo de investimento BB Polo 28

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros no Fundo BB Polo 28, fundo este restrito as empresas do Grupo Neoenergia, que tem como objetivo investir em ativos financeiros e/ou modalidades operacionais de renda fixa que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários – CDI e que sejam adequados à política de aplicações de recursos da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, parte dos ativos do Fundo BB Polo 28 são representados por debêntures emitidas por empresas do próprio Grupo.

18.2 Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

19. Gestão de riscos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros do Grupo, incluindo a Companhia, segue o proposto em sua Política Financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, e demais normativos.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Atualmente, todos os empréstimos da Companhia são contratados com taxas pré-fixadas.

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. A política financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao *rating* das instituições financeiras). As aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro 2016, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 35.255 em fundos restritos e R\$ 467 em Títulos e Valores Mobiliários.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2017	2018	2019	2020	2021	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos								
Empréstimos e financiamentos	3.434	3.703	885	851	814	562	239	352
Fornecedores	1.559	1.559	1.559	-	-	-	-	-

e) Gestão de risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos da atividade de transmissão existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes. Este risco também é reduzido em função do Grupo manter contratos de fornecimentos de energia com empresas sólidas, sendo seu principal cliente uma empresa relacionada.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a Companhia segue as disposições da política de crédito do Grupo que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha.

Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Risco de crédito junto a instituições financeiras

As operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários são realizadas com instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento periódico da exposição com cada contraparte e de sua qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2016	2015
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	35.307	42.264
Títulos e valores mobiliários	5.691	237
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	5.115	4.186
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	41.433	41.577
Disponível para a venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	169	393

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

R\$							
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,6%	40.946	1.364	1.036	699

Afluenta Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

g) Estimativa a Valor justo

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	45.903	45.903	45.763	45.763
Contas a receber de clientes e outros	4.470	4.470	4.186	4.186
Concessão do Serviço Público - Recebíveis Transmissoras	41.433	41.433	41.577	41.577
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	40.998	40.998	42.501	42.501
Caixa e equivalentes de caixa	35.307	35.307	42.264	42.264
Títulos e valores mobiliários	5.691	5.691	237	237
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	4.993	4.993	6.047	6.047
Fornecedores	1.559	1.559	2.011	2.011
Empréstimos e financiamentos	3.434	3.434	4.036	4.036

A Administração do Grupo entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação:

Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2016		
	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Disponível para a venda			
Concessão do serviço público - Indenização	-	169	169
Mantidos para negociação			
Caixa e equivalentes de caixa	52	35.255	35.307
Títulos e valores mobiliários	-	5.691	5.691

20. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$ mil)
Risco Operacional - Subestações e Usinas	08/10/2016 a 08/10/2017	338.570	237

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes.

21. Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2017, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social no montante de R\$ 30.000, passando o capital social para R\$ 33.085. A anuência da Aneel foi obtida em 13 de dezembro de 2016, através do Despacho nº 3.267. A devolução do caixa aos acionistas deve ocorrer em abril de 2017, após decorrido o prazo de 60 dias que os credores tem para se manifestarem quanto a operação.